

DISCUTINDO GÊNERO E “PRIMEIRO-DAMISMO”¹

Dayanny Deyse Leite Rodrigues

Universidade Federal de Goiás. dayannydeyse@hotmail.com

Resumo

Discussões relacionadas às questões de gênero se faz cada dia mais necessárias, de forma paradoxal, em meio a uma sociedade conservadora que tanto “temor” possui a respeito da temática. Diversos temas de pesquisas acadêmicas podem se debruçar sobre as discussões de gênero para melhor compreender sua dinâmica na esfera social, a exemplo da temática “mulher e política partidária”. No entanto, esse campo de pesquisa é muito vasto, sendo necessário a realização de recortes para melhor analisar tal fenômeno. Uma infinidade de grupos de mulheres participa do campo político de diferentes formas. Assim, nossa proposta tomará como recorte as primeiras-damas, entendidas enquanto uma figura social construída em meio aos emaranhados do jogo político e das relações de gênero. Assim, o trabalho tem como anseio discutir a constituição social do papel de primeira-dama na sociedade brasileira e sua relação com as questões de gênero, bem como pontuar algumas possibilidades de repensarmos e “desconstruirmos” alguns pressupostos essencialistas de “mulher”. O estudo foi desenvolvido sob a perspectiva da História Política dita “Renovada” e dos Estudos de Gênero. Como resultado, pontua-se a correlação existente entre os anseios do Estado Brasileiro em se manter a parte dos problemas sociais sem perder o controle do mesmo, e a utilização dos estigmas dos papéis de gênero na construção do modelo de primeira-dama. Um paradoxo fica visível: essa oportunidade possibilitou a atuação de muitas mulheres na esfera pública, inclusive no campo político. Na contramão, alguns estereótipos, bem como visões essencialistas da “mulher” foram reafirmadas.

Palavras-chave: Gênero. Feminismo. Primeiro-damismo.

Vamos discutir gênero!

As discussões relacionadas às questões de gênero se faz cada dia mais necessárias, de forma paradoxal, em meio a uma sociedade conservadora que tanto temor “constrói” a respeito da temática. A última visita da filósofa estadunidense Judith Butler, as tentativas de repulsa a sua vinda e a forma como a estudiosa foi abordada em terreno brasileiro expressam o cenário de extremismo quando o assunto é discutir gênero. Em 2011 essa onda já vinha sendo evidenciada na Europa, a exemplo da França, momento em que “houve até um protesto organizado contra a premiação de título honorário da Universidade de Bordeaux para Butler em setembro. Ela foi descrita por suas críticas como “a criadora da teoria de gênero” (SCOTT, 2012, p. 330).

¹ Trabalho produzido mediante as discussões realizadas durante a disciplina “Questões de gênero e identidades sociais: representações e agenciamentos políticos na pós-modernidade”, ministrada pelos professores Ana Carolina e Leandro Mendes Rocha. A disciplina compõe a grade curricular do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás.

Apesar dos relevantes avanços relacionados ao tema, no campo acadêmico ainda nos deparamos com certa timidez e/ou embaraço no que tange o trabalho com a problemática. Corroborando com Scott, “penso, o assunto sugere que apesar da ampla disseminação do termo, os significados de gênero estão longe de estarem resolvidos” (SCOTT, 2012, p. 331). Diversos temas de pesquisas acadêmicas podem (e devem) se debruçar sobre as discussões de gênero para melhor compreender sua dinâmica na esfera social, a exemplo da temática “mulher e política partidária”.

De 2014 para cá os estudos envoltos da questão referente à presença e participação feminina na política partidária vem crescendo de forma considerável. Alguns fatores político-sociais contribuíram para esse aumento, como o desenrolar do processo de impeachment da primeira presidenta da república brasileira. Em meio a essa conjuntura, discutir o papel, bem como a presença feminina no campo político, se apresenta junto à ordem do dia. Mas o campo de pesquisa denominado “mulher e política partidário” é muito vasto, sendo necessário a realização de alguns recortes para podermos melhor analisar tal fenômeno. Uma infinidade de grupos de mulheres participa do campo político, e participam de diferentes formas. Assim, nossa proposta tomará como recorte as primeiras-damas, entendidas enquanto uma figura social construída em meio aos emaranhados do jogo político e das relações de gênero.

Dessa forma, o trabalho tem como anseio discutir a constituição social do papel de primeira-dama na sociedade brasileira e sua relação com as discussões em torno das questões de gênero, bem como pontuar algumas possibilidades de repensarmos e “desconstruirmos” alguns pressupostos essencialistas de “mulher”. O estudo foi desenvolvido sob a perspectiva da História Política dita “Renovada” e dos Estudos de Gênero².

2 Este trabalho segue a perspectiva da “Nova” História Política. Não aquela História Política Tradicional que vigorava entre os fazeres historiográficos do século XIX, que valorizava apenas as instituições do Estado, os feitos dos “grandes homens” e os eventos de curta duração, mas uma história política que está ligada à discussão do estudo de micropoderes num ambiente cotidiano, no interior da família, nos discursos populares e nos grupos minoritários, como as mulheres. Mais informações ver: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996. MOTTA, Rodrigo Pato (org.). **Cultura Política na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009. JULLIARD, Jacques. A Política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196. Sobre as discussões de Gênero ver: BUTLER, Judith. “**Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’**”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998. BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. IN: Horizontes Antropológicos. vol.7, no.15. Porto Alegre, jul. 2001. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: O Século XX**. São Paulo: Ebradil, 1991. CONNELL, Raewin; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma categoria global**. São Paulo: nVersos. 2015. [Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich]. LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242. RANGEL, Livia de Azevedo Silveira e NADER, Maria Beatriz. História das mulheres e estudos de gênero: Identidade e relações de poder. In: **Mulher e Gênero em Debate**:

Para tanto, os estudos de Gênero se apresentam enquanto uma janela de possibilidades, tendo em vista que partimos do pressuposto de que a figura da primeira-dama é um papel social e historicamente construído, politicamente planejando e racionalmente idealizado, carregando em sua base a estereotipação da mulher e perpetuação do discurso essencialista de gênero.

Os papéis de primeira-dama assentam-se nesses valores ditos femininos, em que sentimentos de bondade e de solidariedade acabam sobrepondo os níveis de racionalidade das atividades assistenciais desenvolvidas por essas mulheres. Na verdade, há uma apropriação por parte do poder local dos valores atribuídos às mulheres para firmar uma base de legitimação à ordem estabelecida. Todavia, elas não têm consciência dessa apropriação e dominação masculina frente aos valores e às pessoas, o que denota uma certa naturalização dos papéis sociais (TORRES, 2002, p. 58).

De acordo com os dicionários Priberam de Língua Portuguesa³ e Aurélio Online⁴, o termo primeira-dama é o substantivo atribuído à “esposa de um governante, geralmente de um presidente”. No campo político a expressão foi utilizada pela primeira vez em meados do século XIX, nos Estados Unidos, momento em que o Presidente Zachary Taylor (1849-1850) o teria utilizado para referir-se à Dolley Payne Todd Madison, mulher de um de seus antecessores, James Madison, na cerimônia fúnebre dela. Nessa perspectiva, a terminologia “primeira-dama”, no decorrer dos séculos XX e XXI, passou a fazer referência direta as esposas de governantes, em especial aqueles em exercício em cargos no poder executivo. Vale destacar que “primeira-dama” não é um título oficial, nem carrega prerrogativas ou direitos exclusivos, mas exerce, ou pode vir a exercer, papel de destaque na administração de seus cônjuges e no desenvolvimento de possíveis capitais políticos⁵. No imaginário social parece então ter se delineado a utilização prática do termo.

A exemplo dos Estados Unidos, na América Latina e em diversos países da Europa a expressão passou a ser utilizada para designar a mulher do chefe do executivo. De acordo com Amaral (2007), a partir do século XX, a figura da primeira-dama desponta como peça fundamental para prolongar e consolidar o estatuto, o poder e a popularidade do marido, passando a ocupar

Representações, poder e ideologia. Vitória: EdUFES, 2014, p. 109-118. SCOTT, Joan. OS USOS E ABUSOS DO GÊNERO. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012. [Tradução: Ana Carolina E. C. Soares]. SCOTT, Joan. Emancipação E igualdade: uma genealogia crítica. **OPSIS: Dossiê Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas / Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão**. v. 15. n. 2 (2015). Pp 537 – 555. [Tradução: Ana Carolina Eiras Coelho Soares]. SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010. SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na Antropologia e para além dela. Brasília, Unb, 1998. Série Antropologia.

3 <https://www.priberam.pt/dlpo/primeira-dama>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

4 <https://dicionariodoaurelio.com/primeira-dama>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

5 De acordo com Pierre Bourdieu, Capital Político é uma “forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa os próprios que eles lhes reconhecem” (BOURDIEU, 2011[1986], p. 187-188).

espaços aos quais ele não chega; a produzir discursos e representar papéis que são “mais bem entendidos” pelo fato de partirem de uma mulher⁶. No Brasil, mesmo alguns estudos considerando que Dona Leopoldina seria a primeira personalidade a ocupar tal posição, a mulher que construiu um modelo de atuação para o que se convencionou chamar de primeira-dama foi Darcy Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas (1930 – 1945/1951 – 1954). Nessa perspectiva Simili (2008) destaca:

Ao examinar a trajetória filantrópico-assistencial de Darcy Vargas, desenvolveu-se o argumento de que suas ações sociais e assistenciais – que tiveram início em 1930 com a criação da Legião da Caridade, prosseguindo em 1938 com a Fundação Darcy Vargas -, foram propícias para o estabelecimento de um modelo de atuação e de participação da primeira-dama nos meandros do poder presidencial. Em 1942, com a criação da Legião Brasileira de Assistência, essa mulher tornou-se, então, responsável pelo social. Ao coordenar o projeto assistencial do Estado, um papel significativo foi a ela concedido na condução da assistência social, para o viés assistencialista de que se revestiu essa política pública e que ainda orienta procedimentos no campo dos direitos políticos em nosso país (SIMILI, 2008, p. 21).

É a partir das décadas de 1930 e 1940 que o papel social da primeira-dama começa a se configurar no cenário brasileiro. Em meio a um processo de gestôracional ligado a necessidade do Estado em se fazer presente no cenário social, a figura da primeira-dama é moldada. Em plena década de 1940 o Estado se viu obrigado a dar maior atenção aos problemas sociais, e a mulher do governante passa a ocupar um papel estratégico nessa ação. A questão social passou a ser debatida. Nessa conjuntura, o Estado Novo passou a desenvolver formas para conquistar o apoio das massas. Como ressalta Capelato, “além da busca de apoio, a integração política das massas visava o seu controle em novas bases” (CAPELATO, 2003, p. 111). O Estado então recorre aos valores socialmente difundidos como femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada “questão social”, impulsionando o espírito filantrópico a partir de práticas assistencialistas, características da ação projetada para a primeira-dama da Nação.

Nesse caso específico do nascedouro do primeiro-damismo, há uma motivação política: o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra (TORRES, 2002, p. 39-40).

Dessa forma, destaca-se que o processo de estruturação e institucionalização da figura da primeira-dama ocorre em meio às estratégias de legitimação do Estado Novo e da conquista do

⁶ AMARAL, Isabel. Primeira-dama, o que é? Madrid, 28 de Fevereiro de 2007 (Palestra proferida por Isabel Amaral, na EIP - Escuela Internacional de Protocolo - em Madrid, Espanha, no dia 28 de Fevereiro de 2008). Disponível em: http://br.monografias.com/trabalhos913/primeira-dama/primeira_dama2.shtml. Acesso em 15 de setembro de 2017.

apoio popular. A construção dessa imagem de primeira-dama faz parte de uma cultura política brasileira que foi construída ao longo dos anos, cristalizando-se na sociedade brasileira⁷.

A primeira-dama se tornou a figura feminina historicamente marcante com relação à assistência, em diversas épocas. A representação e a reprodução de imagem que a primeira-dama transmite para a população favorecem a sua legitimação enquanto figura pública, e são mantidas por serem necessárias aos interesses daqueles que estão no poder. Ela é projetada para reforçar a ideia que congrega a mulher/benfeitora e sensível às práticas de atendimento aos mais pobres e necessitados, enraizada na sociedade brasileira (SILVA, 2009, p. 16).

A figura da primeira-dama estaria diretamente relacionada a certa identidade de gênero, da qual à mulher caberia as atividades do cuidado. Projetada para ser executada pela esposa do governante, assumiu a frente das demandas sociais da nação, principalmente aquelas que estivessem à margem do modelo de cidadania idealizado pelo Estado Novo⁸. Corroborando com Simili (2008), percebe-se então, um movimento em forma de extensão dos afazeres da esfera pública e da “essência” feminina.

O surgimento de entidades filantrópicas criadas pelas mulheres nos anos 1930, dentre as quais se inclui a fundação Darcy Vargas, se baseia, a nossa ver, em dois fenômenos interligados: ampliação das funções maternas no espaço público e a profissionalização da assistente social para o feminino, como extensão das atividades de mãe e de professora primária, tendo como motores as políticas públicas estatais (SIMILI, 2008, p. 93).

“É interessante, e talvez perverso do ponto de vista da democracia e da cidadania, que a relação privada de esposa alce a condição pública de provedora social através da benemerência e do favor” (SPOSATI, 2002, p. 10)⁹. Assim, a atuação prática das primeiras-damas no campo da política brasileira nasce atrelada à assistência social, entendida nesse momento não enquanto política pública, mas como campo de ação assistencialista voltada para ações filantrópicas e benevolentes¹⁰.

A primeira instituição pública na área da assistência social foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criada em 1942 com o objetivo de trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo que procura canalizar e conseguir apoio político para o governo, através de sua ação assistencialista. A primeira

7 Entendemos por Cultura Política o “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspirações para projetos políticos direcionados ao futuro” (MOTTA, 2009, p. 21).

8 Como salienta Capelato (2013), durante o Estado Novo a noção de cidadania estava ligada ao trabalho, ou seja, cidadão era o trabalhador. Este, por sua vez, carregada consigo prerrogativas de deveres e direitos junto ao Estado.

9 SPOSATI, Adailza. Prefácio. In: TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

10 Para ver mais sobre o processo de reflexão e renovação do Serviço Social ver: IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios Críticos. 15 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

presidente dessa instituição foi Dona Darcy Vargas, primeira-dama do Brasil à época e esposa do então presidente Getúlio Vargas (TORRES, 2002, p. 39).

Pioneira enquanto primeira-dama no trabalho junto à assistência, Darcy Assume a presidência da LBA com intuito de complementar as ações políticas de seu esposo, sem jamais buscar disputar espaço e poder com Getúlio. A estruturação do papel de primeira-dama pode ser pensando enquanto perpetuação de uma das dicotomias que estão na base da desigualdade de gênero. O homem, Presidente da República, ao lado da razão, a mulher, primeira-dama da Nação, ao lado dos sentimentos, responsável pelo cuidado. Vale lembrar que no decorrer da década de 1930 a questão social ainda era bastante banalizada, sendo, desta forma, “repassada” a algumas mulheres o encargo de suas responsabilidades, tendo em vista que o Estado não tinha objetivos claros de intervenção.

Para subsidiar os problemas sociais o Estado brasileiro incentiva a criação de instituições filantrópicas, espaços nos quais as mulheres “poderiam” se fazer presente, sem abrir mão de suas responsabilidades no espaço privado.

A organização de reuniões, chás e festas com fins beneficentes é traço marcante nas práticas filantrópicas desenvolvidas pelas mulheres. Historicamente, as relações sociais de gênero incentivaram a participação feminina nos meandros caritativos e filantrópicos, por causa das características tidas como "naturais" pelos homens nas mulheres, a propensão para a caridade, a bondade e o amor ao próximo, inerentes ao sexo feminino. Uma das razões para o incentivo masculino era o de que o envolvimento da mulher com a filantropia não significava o abandono da família, dos filhos, pois doavam o que tinha para dar "tempo livre" e "amor aos desamparados". Para os homens, ao praticarem a caridade, as mulheres exercitavam a capacidade de amar e de cuidar (SIMILI, 2008, p. 121).

Portanto, na construção do modelo de primeira-dama, ressaltamos a correlação existente entre os anseios do Estado Brasileiro de se manter a parte dos problemas sociais sem perder o controle do mesmo, e a utilização dos estigmas dos papéis de gênero. Um paradoxo fica visível: Essa oportunidade possibilitou a atuação de muitas mulheres na esfera pública, inclusive no campo político. Em sua contramão, alguns estereótipos, bem como visões essencialistas da “mulher” foram reafirmadas.

Diante das discussões, as reflexões encabeçadas pelos estudos de Gênero estão no cerne do estudo ao possibilitar a “desconstrução” dessa ideia genérica e essencialista de “mulher” e de “feminino”. Desconstruir, aos olhos de Derrida, um movimento que proporciona o repensar, o refazer e não o destruir. Enquanto método tem a função de desmontar a lógica interna das categorias, a fim de expor suas limitações. O método de desconstrução possibilita o questionamento

dos esquemas dicotômicos, homem/mulher, natural/cultural, sexo/gênero, etc. Corroborando com Derrida, Scott afirma que:

desconstruir significa analisar operações da diferença nos textos e as formas nas quais os significados são trabalhados. [...] Revela a interdependência de termos aparentemente dicotômicos e como seu significado se relaciona com uma história particular. Mostra-os como oposições não naturais, mas construídas; e construídas para propósitos particulares em contextos particulares (SCOTT, 1989, 208).

Nesse ponto evidencia-se também a crítica a visão de sujeito universal. A crítica ao sujeito e à constituição da identidade, empreendida pelo pós-estruturalismo e abraçada pelo feminismo, revela a impotencialidade do sujeito masculino como universal e explicita as diferenças no interior de cada gênero. Como salienta Luís Felipe Miguel¹¹, “A partir do final do século XX, correntes importantes do pensamento feminista recusaram o universalismo em favor de algo que vai ser chamado de ‘política da diferença’” (MIGUEL, 2014, p. 64). Para o feminismo pós-estruturalista, a desconstrução do sujeito é ao mesmo tempo uma crítica ao sujeito masculino universal e uma crítica ao sujeito “mulher”.

De acordo com a crítica feminista, a noção “genérica” de mulher, constituída pela busca de uma identidade única feminina, funcionaria no pensamento feminista da mesma forma que a noção genérica de homem funcionaria na filosofia ocidental, obscurecendo a heterogeneidade existente. “A recusa à universalização do masculino, com a valorização da diferença, é importante para evitar a aceitação acrítica de um conjunto de valores que está, ele próprio, vinculado às relações de dominação” (MIGUEL, 2014, p. 73).

Vale destacar, como fazem as pensadoras Judith Butler e Chantal Mouffe, que a busca em desconstruir o sujeito não é declarar sua morte, ou a “morte da mulher”, como alguns apontam. Com a desconstrução da categoria ‘mulher’, as feministas pós-estruturalistas não estão propondo o abandono da categoria, mas sua ressignificação.

Isso não quer dizer que o termo “mulheres” não deva ser usado, ou que devemos anunciar a morte da categoria. Ao contrário, se o feminismo pressupõe que “mulheres” designa um campo de diferenças indesignáveis, que não pode ser totalizado ou resumido por uma categoria de identidade descritiva, então o próprio termo se torna um lugar de permanente abertura e ressignificação (BUTLER, 2003, p. 35 - 36).

A repressão ou o disfarce das diferenças no interior de cada grupo de gênero, como destaca também Judith Butler, funciona enquanto reificadoras dos estereótipos do gênero e da identidade, alimentando as relações de poder que as constitui, e acabam cristalizando as hierarquias sociais que as sustentam. Segundo a filósofa, “a insistência sobre a coerência e unidade da categoria ‘mulheres’

11 MIGUEL, Luís Felipe. A Igualdade e a Diferença. In: MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo. 2014.

rejeitou efetivamente a multiplicidade das interseções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (BUTLER, 2003, p. 35). Nesse sentido, a categoria “mulher”, ao pretender ser globalizante, torna-se normativa e excludente e ignora outras dimensões que marcam privilégios, como os de classe e de raça.

Joan Scott, retomando o método de desconstrução de Jacques Derrida, busca desconstruir as vicitudes do pensamento ocidental. “Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual” (SCOTT, 1989, p. 18). Retomando Derrida, a estudiosa ressalta:

Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas (SCOTT, 1989, p. 18-19).

Um dos pontos centrais da discussão encabeçada por Scott faz referência ao gênero enquanto categoria de análise, e não apenas descritiva. Como Scott afirma, as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX, momento em que termo gênero passa a fazer parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens. Nesse ínterim, fazendo proveito do espaço aberto por esse debate, somados à crítica da ciência desenvolvida pelas ciências humanas e da crítica do empiricismo e do humanismo que desenvolvem os pós-estruturalistas, as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como elas também encontraram aliados científicos e políticos. É nesse espaço que se passa a articular então o gênero como uma categoria de análise. Ainda quanto a esse ponto ela ressalta que o “gênero como uma categoria analítica pode parecer estar diretamente ligado à arena que chamamos de social, mas o objeto de análise (as construções históricas das relações entre os sexos) é, irrevogavelmente, conectado à esfera psico-sexual” (SCOTT, 2012, p. 346).

Inserido nessa problemática, o fazer historiográfico se enxerga em meio à necessidade de repensar seu campo de atuação, métodos e técnicas. Nessa direção, Scott aponta:

Eu não acho que tenhamos que deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas eu acho, em contrapartida, que temos que mudar alguns dos nossos hábitos de trabalho e algumas das questões que colocamos. Temos que examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses operativas e explicar como pensamos que a mudança se dá. Em lugar de procurar as origens únicas, temos que conceber processos tão ligados entre si que não poderiam ser separados. Temos que nos perguntar mais frequentemente como as coisas aconteceram para descobrir porque elas aconteceram. Temos que procurar não uma

causalidade geral e universal, mas uma explicação significativa (SCOTT, 1989, p. 20).

Essa crítica aponta para a necessidade de produzir estudos não apenas descritivos, embasados em narrar fenômenos “sociais e culturais”, sem interpretá-los ou explicá-los, mas também, e principalmente, realizar estudos que abordem a categoria de gênero de forma analítica, propícia a resolver problemas sociais. Segundo Scott (1989), estudos mais profundos com teor explicativo dependem do gênero enquanto categoria de análise, e não meramente de descrição.

Um dos pontos chave na análise proposta por Scott (1990) foi evidenciar que o corpo não pode ser compreendido fora da cultura, sendo ele uma construção sócio-cultural e não um arcabouço vazio e passivo. Sob a influência de Foucault, Scott compreende o gênero enquanto um espaço de saber e de poder. “Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.” (SCOTT, 1989, p. 13). Entendendo gênero enquanto um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder, a historiadora estadunidense ressalta que:

Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres tem sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar. Gênero se torna não um guia para categorias estatísticas de identidade sexuada, mas para a interação dinâmica da imaginação, regulação e transgressão nas sociedades e culturas que estudamos (SCOTT, 2012, p.347).

Ainda nessa perspectiva, Simili destaca a posição de Bourdieu sobre a questão:

Segundo Bourdieu (2002, p. 103), é no processo de socialização/ educação que se inculca o “habitus sexuado e sexuante”, ou seja, constroem-se sujeitos masculinos e femininos que não são apenas construídos socialmente, mas corporalmente. Recato, docilidade, timidez são comportamentos e atitudes incutidas nas mulheres pela família, escola, sociedade e cultura. Darcy, como uma mulher do seu tempo, em sua cultura foi criada e educada para ter determinados gestos, posturas e com posturas privadas e públicas (SIMILI, 2008, p. 159).

Combatendo ainda mais veemente a categoria de gênero enquanto descritiva, a filósofa, também estadunidense, Judith Butler busca historicizar o corpo e o sexo, dissolvendo a dicotomia sexo *versus* gênero. Indo além de Joan Scott, Butler defende a ideia de que a sociedade ocidental moderna vive diante de uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais. Como destaca Butler, “o ‘corpo’ é em si mesmo uma construção [...] Não se pode dizer que os corpos tenham uma existência

significável anterior à marca do seu gênero” (BUTLER, 2003, p. 26). Com essa ideia Butler rejeita a distinção entre sexo e gênero e a noção de que gênero é uma interpretação cultural do sexo naturalmente formado. Para a filósofa, o próprio sexo é tomado como cultural e, portanto, constituído discursivamente. Ela ressalta que o discurso cultural hegemônico normatiza as estruturas binárias de sexo e gênero, estabelecendo limites para as possibilidades de configurações do gênero na cultura. Esse discurso hegemônico é caracterizado por Butler pelo falocentrismo e pela heterossexualidade compulsória.

Fundamentadas nesse pensamento, compreendemos a constituição do papel social da primeira-dama no Brasil levando em conta os elementos e críticas elencados acima, enquanto pressupostos críticos dos estudos de gênero, por entendermos que este (o gênero) não é algo que simplesmente existe e está dado, mas algo que precisa ser feito para que possa acontecer, existir. Assim, as diferenças de gênero se apresentam mediante posturas situacionais empreendidas pela sociedade. Saliendo a insuficiência das categorias ordinárias de homem e mulher, constituídas mecanicamente, buscamos contribuir com sua problematização e desconstrução. Compreender a constituição histórica, social e política do papel de primeira-dama entrelaçada às questões de gênero pode contribuir para esclarecermos o quanto papéis como estes corroboram com a perpetuação das desigualdades de gênero e a naturalização de convenções socialmente construídas que aprisionam os indivíduos ao invés de libertá-los.

Referências

AMARAL, Isabel. Primeira-dama, o que é? Madrid, 28 de Fevereiro de 2007 (Palestra proferida por Isabel Amaral, na EIP - Escuela Internacional de Protocolo - em Madrid, Espanha, no dia 28 de Fevereiro de 2008). Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos913/primeira-dama/primeira+dama2.shtml>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 15. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUTLER, Judith. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do ‘pós-modernismo’”. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, Judith . **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, José. Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. IN: **Horizontes Antropológicos**. vol.7, no.15. Porto Alegre, jul. 2001.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo do nacionalismo-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107-114.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente: O Século XX**. São Paulo: Ebradil, 1991.

CONNELL, Raewin; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma categoria global**. São Paulo: nVersos. 2015. [Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich].

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

_____. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. São Paulo: Relógio D’água, 2000.

_____; GUATARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Ed. 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. (2007 [1966]) **As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. M.T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **Microfísica do Poder**. Organização e introdução de Roberto Machado. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 29. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

MEDEIROS, Moíza Sibéria Silva de. **Primeiro-damismo no Ceará**: Luiza Távora na gestão do social. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. A Igualdade e a Diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo. 2014.

MOTTA, Rodrigo Pato (org.). **Cultura Política na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG. 2009.

NEVES, Angela Vieira. **A Assistência Social**: do discurso à prática profissional – as representações dos Assistentes Sociais da Legião Brasileira da Assistência. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1994.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Os sentimentos do feminismo. IN: ERTZOGUE, Marina H. e PARENTE, Temis (orgs.) **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 225-270.

RANGEL, Lívia de Azevedo Silveira e NADER, Maria Beatriz. História das mulheres e estudos de gênero: Identidade e relações de poder. In: **Mulher e Gênero em Debate**: Representações, poder e ideologia. Vitória: EdUFES, 2014, p. 109-118.

RODRIGUES, Carla. A política do desejo. **Revista Cult**, São Paulo, Ano 19, Edição Especial n. 6, Janeiro. 2016.

SANTOS, B. S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. IN: **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. Porto: edições Afrontamento, 1999 (7ª edição).

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: **domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Recife, 1989, mimeo. [Tradução: Christine Rufino Dabat & Maria Betânia Ávila].

_____. OS USOS E ABUSOS DO GÊNERO. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012. [Tradução: Ana Carolina E. C. Soares].

_____. Emancipação E igualdade: uma genealogia crítica. **OPIS**: Dossiê Relações de gênero, História, Educação e Epistemologias Feministas / Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão. v. 15. n. 2 (2015). Pp 537 – 555. [Tradução: Ana Carolina Eiras Coelho Soares].

SILVA, Lianzi dos Santos. **Mulheres em cena: as novas roupagens do primeiro damismo na assistência social**/Lianzi dos Santos Silva; orientadora: Ana Maria Quiroga. - 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política**: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPOSATI, Adailza. Prefácio. In: TORRES, Iraildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social**: relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.